

AS RUÍNAS DA EXPERIÊNCIA: NARRATIVAS OUTRAS NO PENSAMENTO HISTÓRICO DE WALTER BENJAMIN

Luiz Henrique Bechtluft Bade¹ , Leandro Couto Carreira Ricon¹ 

RESUMO

O artigo que segue analisa a produção do ensaísta alemão Walter Benjamin, particularmente a partir de duas das categorias mais centrais na produção do autor: experiência e narrativa. Por meio de uma revisão bibliográfica, que perpassa tanto os textos produzidos pelo próprio Benjamin, com foco nos artigos *Experiência e Pobreza* (1985a), *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1985b) e suas [Teses] *Sobre o Conceito de História* (1985c), quanto produções de alguns dos comentaristas do autor, a exemplo de Michel Löwy (2005), Jeanne Marie Gagnebin (2013), Olgária Matos (2010), Anita Schlesener (2011) e Beatriz Sarlo (2015), o estudo busca entender a operacionalização das categorias citadas no interior da produção benjaminiana. Ao fim das discussões, demonstrar-se-á que os conceitos de experiência e narrativa complementam um ao outro, na medida em que aquela é condição para esta, enquanto esta abre àquela diversas possibilidades sociais e políticas. Por fim, uma discussão sobre a função dupla da historiografia, que pode ser algoz ou contribuir para a rememoração das experiências alheias, é fornecida como ponto culminante do artigo.

Palavras-chave: Walter Benjamin, Teoria da História, Historiografia, Experiência, Narrativa.

THE RUINS OF EXPERIENCE: OTHER NARRATIVES IN WALTER BENJAMIN'S HISTORICAL THOUGHT

ABSTRACT

The following article analyzes the production of German essayist Walter Benjamin, particularly from two of the most central categories in the author's production: experience and narrative. Through a bibliographical review, which covers both the texts produced by Benjamin himself, focusing on the articles *Experience and Poverty* (1985a), *The Storyteller: reflections on the works of Nikolai Leskov* (1985b) and *On the Concept of History* (1985c), and productions by some of the commentators by the author, such as of Michel Löwy (2005), Jeanne Marie Gagnebin (2013), Olgária Matos (2010), Anita Schlesener (2011) and Beatriz Sarlo (2015), the study seeks to understand the operationalization of the categories mentioned in the den of Benjaminian production. At the end of the discussions, it will be demonstrated that the concepts of experience and narrative complement each other, insofar as the former is a condition for the latter, while the latter opens up different social and political possibilities to the former. Finally, a discussion on the dual function of Historiography, which can be a tormentor or contribute to the remembrance of other people's experiences, is provided as the culmination of the article.

Keywords: Walter Benjamin, Theory of History, Historiography, Experience, Narrative.

¹ Universidade Católica de Petrópolis
Autor Correspondente: Leandro Couto Carreira Ricon
E-mail: lcricon@gmail.com
Recebido em 16 de Agosto de 2023 | Aceito em 18 de Novembro de 2024.

1. INTRODUÇÃO

Todo indivíduo é, ao menos parcialmente, balizado por circunstâncias externas a seu ser, pertencentes ao que lhe é objetiva e aprioristicamente entregue pelo mundo exterior. Isso significa propor que as reflexões de quem quer que seja estão condicionadas, seja em forma ou conteúdo, pelo contexto em que se formaram. O cerne de um conjunto de aspectos sincrônicos e diacrônicos, de onde falam todos os pensadores, é-lhes, simultaneamente, fonte e limite. Walter Benjamin, um dos mais influentes nomes das ciências humanas no século 20, não escapa à regra.

Nascido na Berlim de 1892, Walter Benjamin vivenciou diversos dos traumas que marcariam a sociedade europeia na primeira metade do século 20. A nível nacional, testemunhou a experiência da social-democracia alemã sob a República de Weimar, tal qual sua derrocada, sucedida pela ascensão do nacional-socialismo. Opositor do regime que se estabeleceu na Alemanha em 1933, refugiou-se em nações diversas, como a Espanha, onde, temendo ser entregue à Gestapo, cometera suicídio no ano de 1940 (Witte, 2017).

Intelectualmente, Benjamin se aproximou das premissas do materialismo histórico-dialético, embora tenha desenvolvido noções notoriamente particulares. Neste mesmo sentido, afastou-se da historiografia típica dos séculos 18 e 19, rejeitando a existência de leis para o desenvolvimento histórico. Ademais, desafiando até mesmo alguns dos setores mais ortodoxos do materialismo histórico-dialético, Benjamin propôs uma interpretação do tempo histórico não mais baseada na sucessão mecânica de modos de produção, como certa leitura atribuíra a Karl Marx, mas sim nos constantes conflitos sociais. Para Benjamin, portanto, cada evento histórico traz consigo a possibilidade de revolução. Sobre este ponto, José D'Assunção Barros afirma: “sobretudo, o determinismo linear está completamente excluído do ‘acorde teórico’ de Walter Benjamin, e a sua singular versão do materialismo histórico não considera senão possibilismos, que fazem de cada presente uma ‘história aberta.’” (Barros, 2011a, p. 60).

No lugar dessas construções explicativas gerais, a concepção benjaminiana da história tem como característica focar-se não no passado em si – o que, em seu pensamento, seria impossível –, mas em narrativas sobre o passado. Assim, a problemática desenvolvida pelo ensaísta alemão perpassa, em particular, a temática denominada por Benjamin como a “marcha dos vencedores”, ou ainda, a “barbárie”. Trata-se, segundo o autor, de um processo observável na maior parte da historiografia desenvolvida até então, a qual confecciona narrativas superficialmente “desinteressadas” ou “neutras”, mas que, por debaixo da aparente neutralidade, servem para reforçar histórias centradas em Estados ou nos “grandes homens”, privando os mais significativos sujeitos da história, os homens comuns, de sua devida participação nos movimentos do tempo. Aos olhos de Benjamin, contudo, existe uma saída.

Como apontam autores como Michel Löwy (2005), Jeanne Marie Gagnebin (2013), Olgária Matos (2010), Anita Schlesener (2011) e Beatriz Sarlo (2015) a obra do intelectual germânico possui uma profunda influência do “Messianismo Judaico” (Bade & Ricon, 2022). Tal característica da obra de Benjamin, no entanto, manifesta-se de forma bastante particular:

O Messianismo no pensamento filosófico de Benjamin não se refere à vinda de um ser sobrenatural destinado a salvar a humanidade ou um povo eleito, mas sim à emergência de um messias coletivo que seria a própria classe oprimida que pode tomar a seu cargo a sua própria libertação em cada momento histórico e que, de acordo com a utopia benjaminiana, um dia conseguiria encaminhar uma revolução definitivamente bem-sucedida. (Barros, 2011a, p. 56)

Aos olhos de Benjamin, portanto, é função do historiador atuar como um “coletor de centelhas de esperança”. Transitar pela história em busca das vozes ocultas ocultadas pelo cortejo dos vencedores ao longo de sua marcha. A história, enquanto atividade intelectual exerceria, assim, um papel redentor ao debruçar-se sobre o passado sob o prisma dos derrotados.

A produção benjaminiana de maior impacto para a historiografia viria a ser seu [Teses] *Sobre o conceito de história* (1985c), postuladas no ano de sua morte. Ali, tem-se uma apresentação sucinta, porém complexa, das ideias norteadoras da concepção de mundo histórico construída por Benjamin. Com efeito, as *Teses* tornaram-se um legítimo clássico da historiografia do século 20, sendo apropriadas rapidamente por uma série de outras disciplinas e marcando gerações de intelectuais desde sua publicação.

No que diz respeito às interpretações postuladas por Benjamin ao longo de sua produção, o presente artigo almeja analisar dois conceitos complementares: a dupla **experiência/narrativa**, cuja ligação intrínseca com a já mencionada função da historiografia precisa ser compreendida para qualquer estudo do pensamento benjaminiano. Pretende-se, portanto, contextualizar tal dicotomia, inserindo-a no interior das condições históricas das quais Benjamin é oriundo e especular sobre como a historiografia pode ser pensada a partir do par proposto acima.

2. OS CONCEITOS DE EXPERIÊNCIA E NARRATIVA

Para Walter Benjamin, a habilidade de contar histórias é um dos fatos mais intrinsecamente humanos que se podem observar. Mais do que isso, ao narrar, indivíduos diversos compartilham suas experiências de vida. Por isso o ato narrativo se torna algo não apenas especial, mas também fundamental à condição humana. Diz Benjamin: “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a qual recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.” (Benjamin, 1985b, p. 198).

Vê-se, claramente, a estima colocada sobre a narrativa pelo autor. Benjamin, então, qualifica seu conceito de **experiência**, afirmando que, em última instância, existem dois tipos de narradores, com dois conjuntos de experiências relativamente distintos:

‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. (Benjamin, 1985b, pp. 198 – 199)

Benjamin, por fim, argumenta que os dois tipos de narradores são essenciais para a própria compreensão do ofício de narrar, e que semelhantes grupos podem, arquetipicamente, ser representados “pelo camponês sedentário e pelo marinheiro comerciante” (Benjamin, 1985b, p. 199). Contudo, duas observações precípuas seguem às definições dos arquétipos de narrador.

A primeira de semelhantes observações é de que o marinheiro e o camponês constituem dois tipos de narrador, cada um formador de uma família de modelos de narração, em um campo narrativo cuja complexidade e extensão não se limita à dicotomia levantada. A segunda delas é igualmente pertinente. Coloca que a extensão real do reino narrativo somente pode ser adequadamente avaliada se aquele que a analisa levar em consideração a interpenetração desses dois “tipos arcaicos”, como os denomina. As corporações de ofício medievais servem como exemplo, uma vez que, nas palavras do autor:

O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo, associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário. (Benjamin, 1999, p. 199)

A partir da análise feita até o ponto atual das investigações, é possível perceber o papel essencial exercido pelo par **experiência/narrativa** na concepção benjaminiana de mundo. Percebe-se que a troca de experiências diversas, adquiridas a partir das experiências daqueles que as narravam, contribuem para a formação de uma coletividade vibrante, pois preserva as inúmeras vozes de que é constituída a sociedade. Nesses termos, é o ato de narrar, radicado na experiência, que torna a existência em comunidade verdadeiramente “viva”.

A preocupação de Benjamin com a existência e com a preservação do ato de narrar começa a ser compreendida a partir do momento em que se percebe que a eventual ausência desse elemento, a privação do ser humano em relação a uma faculdade de que naturalmente lança mão, levaria ao triunfo da barbárie¹. Silenciadas as vozes dos narradores anônimos, dos homens e mulheres cujas experiências comunicáveis conectam o presente com o passado, apenas as narrativas oficiais, cuidadosamente estruturadas pelas forças denominadas, por Benjamin, de “vencedoras”, sobriariam. Por essa razão, em diversos segmentos das construções intelectuais benjaminianas, percebe-se uma oposição veemente ao historicismo (Bentivoglio & Cunha, 2019) que, em conjunto com o positivismo, representaria aos olhos de Benjamin, o vértice da identificação afetiva (*Einfühlung*) (Löwy, 2005, pp. 70-82)² para com os vencedores, e o derradeiro esquecimento para com os agentes subalternizados da história, conhecidos apenas por seus vestígios e migalhas. Por isso o historiador se apresenta, também, como um colecionador de passados em todas as suas possibilidades (Schurster & Leitão, 2013). Em sua décima sexta tese sobre o conceito de história, Benjamin afirma:

O historicista apresenta a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz ‘era uma vez’. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história. (Benjamin, 1985c, pp. 230-231)

No lugar dessa história ‘desinteressada’, que nega aos subalternizados seu devido lugar no processo histórico, Benjamin propõe, como o fez Nietzsche (2005) antes dele, uma história que se encaminhe à vida. Há, contudo, uma diferença crucial entre o papel da história em Walter Benjamin e em Friedrich Nietzsche: para este, a história exerce uma função primariamente individual, pois fornece ao homem exemplos do passado e, portanto, orientação para presente e futuro. Para Benjamin, o “servir à vida” da história é manifestamente coletivo, pois se dá mediante a rememoração e a preservação das diversas vozes que compõem os tecidos sociais diversos. E semelhante rememoração só pode ocorrer mediante o compartilhamento de narrativas, radicadas em experiências diversas.

3. AS ORIGENS DO EMPOBRECIMENTO DA EXPERIÊNCIA: O ROMANCE E A INFORMAÇÃO

Apesar de escrever na e, principalmente, sobre a passagem do século 19 para o 20, Benjamin enxerga a origem da principal problemática tratada no texto presente, o empobrecimento da arte de narrar, alhures. Em seu artigo “O narrador” (1985b), fica clara a posição do autor quanto às origens desse empobrecimento:

O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa (e da epopeia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa. (Benjamin, 1985c, p. 201)

1 Vale salientar que o termo *barbárie* em Benjamin apresenta certa ambiguidade. Patrícia Lavelle sinaliza que “se em ‘Experiência e pobreza’ ele [Walter Benjamin] valoriza positivamente a barbárie moderna, propondo um construtivismo vanguardista capaz de partir do ponto zero de experiência, o ensaio sobre Leskov [...] assume [o termo barbárie] um tom inegavelmente nostálgico que parece contradizer a primeira posição” (Lavelle, 2018, p. 266).

2 Traduzimos, seguindo os apontamentos de Michael Löwy (2005), *Einfühlung* por *identificação afetiva*. Neste sentido, o termo se relacionaria à criação de narrativas, primordialmente historiográficas, que possibilitam determinada conciliação conservadora entre classes.

Em sequência, explicita exatamente o motivo da vinculação do romance ao livro ser um dos pontos nevrálgicos quando da colocação deste como origem da morte da narrativa, afirmando que

O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa – contos de fadas, lendas e mesmo novelas – é que ele nem procede da tradição oral nem a alimenta. Ele se distingue, especialmente, da narrativa. O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. (Benjamin, 1985c, p. 201)

O argumento central do autor é claro: sendo o romance uma forma de escrita que essencialmente não participa de nenhuma sorte de experiência comunicável – tendo-se em mente que, quando de tal crítica, o ensaísta analisava, especialmente, a variante clássica do romance em vias de transformação em cultura de massa –, a disseminação dessa forma somente pode contribuir para o empobrecimento narrativo. Nesse sentido, o autor afirma que “o romance, cujos primórdios remontam à Antiguidade, precisou de centenas de anos para encontrar, na burguesia ascendente, os elementos favoráveis a seu florescimento. Quando esses elementos surgiram, a narrativa começou pouco a pouco a tornar-se arcaica.” (1985c, p. 202).

Com o triunfo do romance, morrem os narradores, a exemplo do intrépido marinheiro ou do sábio camponês de outrora. O romancista, isolado do mundo das experiências comunicáveis, não mais pode contribuir substancialmente para o reino narrativo, que vai sendo obliterado diante da crescente introspecção e individualização de histórias. Contudo, ainda há outra forma de desafio encarada pela narrativa conforme passam os tempos: a informação.

Ainda em “O narrador”, Benjamin (1985b) começa a discorrer sobre o processo de estabelecimento da informação:

Verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. (Benjamin, 1985c, p. 202)

A nova forma de comunicação que, assim como o romance, encontra o nicho adequado a seu desenvolvimento na burguesia crescente é descrita por Benjamin como ainda mais letal à narrativa. Tal fator se justifica por duas características da informação. Em primeiro lugar, Benjamin cita Villemessant, fundador do *Figaro*, quando este afirma: “Para meus leitores, o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri”. Aos olhos do germânico, tal afirmação representa a grande fórmula da informação, responsável por abalar os fundamentos da narrativa ao esfacelar a importância das trocas de experiências³ em relação aos que vêm de longe – os marinheiros. Graças à informação, o que acontece num outro lugar perde importância, torna-se inerte em comparação ao que toma corpo nas proximidades de quem a acessa. Benjamin afirma, não sem uma dose de melancolia:

3 Salienta-se que, em Benjamin, a oposição vivência (*Erlebnis*) – experiência (*Erfahrung*) é fundamental. Segundo Renato Franco, para Benjamin, “vivência é, por assim, dizer, a experiência degradada, à qual estão condenados os indivíduos isolados, atomizados, por imposição da organização industrial do trabalho e da própria sociedade que a sustenta. Ela provém da necessidade, sentida pelo homem moderno, de enfrentar a multiplicidade e a intensidade dos estímulos exteriores, que, por seu ímpeto e fugacidade, o impedem de assimilá-los ou sedimentá-los e, conseqüentemente, de se apropriar deles na forma de conhecimento acumulado, como ocorre na experiência. Vivência é, assim, se não completamente original e inusitado, um fenômeno típico da moderna sociedade burguesa” (2015, p. 82). Logo, “a experiência da tradição entra em declínio dando lugar à vivência do cotidiano, fruto da aceleração do capitalismo e da tecnologia” (Freitas, 2014). Neste sentido, a *experiência* se aproxima densamente do ato de contar, narrar, afinal, como sinaliza Maria Carolina Galzerani (2008), *Erfahrung* significa, no original alemão, tanto viagem como experiência. Assim, o ato de narrar comunica experiências como viagens abertas à produção de significados plurais e inventivos.

O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível ‘em si e para si’. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. Nisso ela é incompatível com o espírito da narrativa. (Benjamin, 1985c, pp. 202 – 203)

A segunda razão pela qual Benjamin considera a informação ainda mais danosa do que o romance às narrativas está na presença imediata de explicações. Com efeito, quando um indivíduo recebe notícias em quaisquer veículos, estas já vêm acompanhadas de explicações. Por isso, argumenta Benjamin, não é de se estranhar que, mesmo recebendo notícias de todo o mundo, a população em geral esteja crescentemente desprovida de experiências comunicáveis. Na narrativa existe uma “mística” responsável por dar vida às tramas narradas. O ofício de narrar bem perpassa, aos olhos do ensaísta alemão, precisamente o ato de não fornecer explicações. Tal ato representa a afirmação da liberdade do leitor, o qual não fica, como na informação, imediatamente vinculado às explicações fornecidas. A narrativa deixa, portanto, o espectador livre para interpretar as mensagens que lhe são transmitidas e essa característica da narrativa faz com que esta possua um escopo que não pode ser encontrado na informação (Bondía, 2002). Um exemplo prático disto é fornecido em “O narrador”:

O primeiro narrador grego foi Heródoto. No capítulo XIV do terceiro livro de suas *Histórias* encontramos um relato muito instrutivo. Seu tema é Psammenit. Quando o rei Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativo pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou esse cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando logo em seguida viu seu filho, caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel. Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou sinais do mais profundo desespero. (Benjamin, 1985c, pp. 203 – 204)

Em oposição ao que ocorre na informação, Heródoto nada explica. Seu relato é seco. É precisamente por esse motivo que sua narrativa ainda causa espanto, estranhamento e indagação. Por que Psammenit apenas perdeu a compostura ao enxergar um servidor na fila dos cativos? Por que não o fez quando presenciou a humilhação de sua filha, ou ao ver seu filho ser levado à execução? Como Heródoto não fornece explicações imediatas, o leitor de suas histórias ganha espaço, podendo interpretar o relato de inúmeras formas. É nisso que informação e narrativa divergem. Benjamin argumenta que a informação, por conter explicações imediatas, só possui valor quando é nova. Enquanto isso, a mística que envolve um relato como o de Heródoto faz da narrativa algo perene, que desperta o interesse de todos que entram em contato com ela, pelas mais diversas razões.

4. O AUGÉ DO EMPOBRECIMENTO: O SÉCULO 20

Como mencionado, a obra de Benjamin é profundamente marcada pelos traumas vividos pela sociedade europeia (em especial a alemã) na primeira metade do século 20. Notadamente a Primeira Guerra Mundial viria a marcar, de forma intensa, os rumos da historiografia nos primórdios do século passado. O autor observa com agudez que

[...] as ações da experiência estão em baixa, e isso em uma geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho quanto parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. (Benjamin, 1985a, pp. 114 – 115)

Diante das atrocidades presenciadas no campo de batalha, diante da presença cotidiana da morte, da enfermidade, do colapso de toda sorte, os soldados emudeceram-se. A Grande Guerra cicatrizará permanentemente as memórias dos que a vivenciaram. É difícil conceber como, nas palavras de Benjamin:

Uma geração que ainda fora a escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (Benjamin, 1985a, p. 115)

A miríade de técnicas militares, que haviam avançado significativamente desde a última guerra vivenciada pelo continente europeu – a Guerra Franco-Prussiana –, foi desencadeada sobre os combatentes em toda sua crueldade, fazendo incontáveis vítimas. Para a nação alemã em particular, ainda havia a confusão de lutar por um Estado que, à época, não passava de meio século de existência. Com efeito, a Guerra foi um marco na história europeia, pois se constituiu em uma das experiências mais significativamente desmoralizantes na memória do velho continente. Tais fatores não escaparam a Benjamin, que indaga:

Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mistura de estilos e concepções do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. (Benjamin, 1985a, p. 115)

Não obstante, a Primeira Guerra Mundial, um evento já suficientemente catastrófico, foi sucedida, na Alemanha em particular, por um período de mais e mais catástrofes. Findadas as hostilidades em campo de batalha, a Alemanha foi considerada a principal responsável pelo desencadeamento da guerra. Assim sendo, quando da assinatura do Tratado de Versalhes, o qual, oficialmente, encerrava o conflito, penas pesadas foram impostas ao país. Em âmbito nacional, a derrota do Segundo Reich levou à sua substituição por um regime republicano, a República de Weimar, liderado, num primeiro momento, pela emergente social-democracia. Contudo, os problemas posteriores à guerra provaram-se demasiadamente profundos. Uma impiedosa inflação projetou-se na economia alemã, e a população da nação viu-se desamparada.

Walter Benjamin pode ser considerado um crítico da social-democracia estabelecida na Alemanha durante as primeiras fases da República de Weimar. Em seu “Sobre o conceito de história” (1985c), o autor critica duramente o papel dessa perspectiva política para a subalternização das classes operárias alemãs:

O conformismo, que sempre esteve em seu elemento na social-democracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas ideias econômicas. É uma das causas de seu colapso posterior. Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. (Benjamin, 1985c, p. 227)

Testemunha de todos os fenômenos citados, Benjamin escreve com melancolia em seu texto “Experiência e pobreza”:

Quem encontra ainda pessoas que sabem contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (Benjamin, 1985a, p. 114)

Refletindo sobre as tragédias diversas, observadas de perto, que tomaram corpo nas primeiras décadas do século 20, o autor conclui que não era estranho que as ações da experiência estivessem em baixa em seu tempo. Afinal, como diz o próprio autor, “Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes” (Benjamin, 1985a, p. 115).

O emudecimento das pessoas diante de todos os traumas expostos era visto por Benjamin com temor. Como já discutido, aos olhos do autor, são as trocas de experiências que concedem vida a qualquer grupamento humano. Mais do que isso, são os atos de narrar que fazem com que os grupos oprimidos, subalternizados, transformem-se em agentes capazes de enfrentar a história oficial, sempre, aos olhos de Benjamin, apoiada pelo aval dos vencedores, em sua triunfal procissão disfarçada de progresso. Se as pessoas não narram, se emudecem por quaisquer razões, não há como enxergarem no passado uma identidade, um motivo para desafiar a barbárie que procura expandir-se a todo o momento. Existe, contudo, uma saída. Um caminho que pode, mesmo diante da rarefação do ato de narrar, resgatar as vozes perdidas ao longo do devir e desafiar a barbárie que estabelece estados de exceção, na esperança de findar a impiedosa marcha triunfal dos vencedores. Tal caminho possível, em nossa leitura, é o ofício do historiador.

5. A ESCRITA DA HISTÓRIA

Como já dito, Walter Benjamin enxerga a produção historiográfica de seu tempo, bem como certas filosofias da história, como a afirmação do “triunfal cortejo dos vencedores”. Isto acontece porque a história oficial, que chega aos homens e mulheres comuns todos os dias, perpassa uma cuidadosa construção por parte daqueles que, em algum momento, venceram. Tal construção envolve a remoção, nas narrativas oficiais, das vozes de todos aqueles que foram derrotados quando dos principais eventos históricos. No limite, é essa história dos vencedores que se apresenta como única versão possível do passado, quando extintas as trocas de experiências das vidas das pessoas comuns, dos grupos subalternizados pela procissão dos vencedores.

O cenário em questão pode receber na história seu principal apoiador. Quando, no lugar de dar voz aos derrotados, o historiador dedica seu tempo e esforços às elaborações mais torpes dos “grandes homens”, quando o discurso historiográfico deixa de colocar sob sua égide as vidas dos mais comuns dos homens, focando-se, no lugar disso, em reforçar teses e mais teses sobre Estados já estabelecidos, serve a história a um propósito diametralmente oposto àquele que poderia e deveria servir na lógica benjaminiana. Em suas teses “Sobre o conceito de história” (1985c), Benjamin detecta, nos chamados “historicistas”, os principais servidores dessa história que nada faz exceto disseminar a barbárie.

Falando sobre estes historicistas, Benjamin elabora uma acusação de realizarem uma identificação afetiva para com os vencedores. As propostas dos historicistas, em especial daqueles que se organizaram em torno de Leopold von Ranke, são fonte de questionamento para Benjamin, pois reforçam narrativas oficiais, excluindo, por extensão, as vozes outras que deveriam ser objeto da pesquisa e da representação histórica. Pelo mesmo motivo, as filosofias e teorias da história que enxergam no devir uma caminhada ininterrupta em direção ao progresso são rejeitadas por Benjamin. Em sua sétima tese sobre o conceito de história, escreve:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. (Benjamin, 1985c, p. 225)

A crítica de Benjamin à identificação afetiva para com os vencedores pode ser claramente observada no trecho, tal qual sua aversão à noção de progresso. Mais do que isso, pode-se detectar, na sétima tese, uma crítica mordaz aos bens culturais, constituídos como elementos que reafirmam o poder do Estado, retroalimentando uma sociedade baseada na barbárie. Um pouco adiante, ainda nesta mesma tese, Benjamin afirma que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.” (Benjamin, 1985c, p. 225). Isso ocorre porque, por detrás de todo monumento erguido está o silenciamento de vozes.

Ao opor-se a historiadores como Ranke, Benjamin procurou enfatizar o papel dos intelectuais na fortificação dos discursos oficiais, intrínseca e inevitavelmente associados ao esforço das classes dominantes em impor a barbárie a todos os demais. No artigo “Walter Benjamin, testemunha da crise do historicismo alemão durante a República de Weimar”, Júlio Bentivoglio e Marcelo Cunha chegam a uma conclusão semelhante:

Ao fim e ao cabo, poderíamos dizer, acompanhando Hayden White que toda história contém em seu bojo uma filosofia da história, uma urdidura alimentada por uma imaginação que emula formulações tropológicas que conferem sentido e compreensão aos textos históricos. Em Walter Benjamin não é diferente, sua análise do historicismo é uma denúncia das histórias simpáticas aos vencedores e uma crítica do progresso. Benjamin deposita suas esperanças na redenção dos oprimidos através da via revolucionária (Bentivoglio & Cunha, 2019, p. 117).

E continuam:

Criticar o otimismo ingênuo, portanto, no projeto benjaminiano para a História não significa duvidar desse futuro, e sim pensa-lo como uma janela messiânica revolucionária em que integra um passado extenso atinge o presente com vistas a triunfar sobre a barbárie da classe dominante. À escrita da História caberia produzir essa narrativa comprometida com o passado. (Bentivoglio & Cunha, 2019, p. 117).

Superada essa historiografia comprometida com a reprodução e com a fortificação da barbárie das classes dominantes, exposta a ligação das narrativas oficiais com o silenciamento sistemático daqueles que são pisoteados pelo inexorável cortejo dos vencedores ao longo de sua marcha, uma nova história pode ser erguida. Dessa vez, o historiador passaria, na visão de Benjamin, a exercer a sua verdadeira função: transformar-se-ia, dentre outras possibilidades, num coletor de centelhas de esperança dentre os escombros do progresso. Transitaria pelo devir histórico resgatando as vozes daqueles que não puderam falar, desafiando a barbárie. Conforme atesta Barros:

O historiador, particularmente aquele preocupado em reabrir cada presente como um portal de tomadas de decisão, deveria reformular seu projeto de historicidade e se converter em um ‘apanhador de centelhas de esperanças’ (pelo menos aqueles historiadores interessados em reverter a eterna tirania dos poderosos). (Barros, 2011b, p. 247)

Essa inversão de valores, responsável pelo abandono da identificação afetiva para com os vencedores e criação da empatia para com os vencidos, estaria na vanguarda da confecção dessa nova história. Nestes termos, afirma Barros:

Nessa perspectiva, cada esforço de emancipação e de luta pela libertação, ainda que frustrado à sua época e por menor que tenha sido, deveria ser objeto de interesse desse historiador que toma a seu cargo a rememoração redentora que restitui um sentido para cada voz silenciada no passado. [E mais], as lutas de hoje, de acordo com Benjamin, permitem iluminar o passado, e as lutas do passado incorporam-se aos combates de hoje, libertando-se das prisões de silêncio que lhes são impostas pela historiografia tradicional dos vencedores (Barros, 2011b, p. 247-248).

Em “Experiência e pobreza”, Walter Benjamin afirma que tal história, hirtada pelo construção da empatia para com os vencidos, pode ser considerada um novo (e, surpreendentemente, positivo!) tipo de barbárie. Dessa vez, o que o autor tem em mente não é a barbárie que se origina do cortejo dos vencedores ao longo de sua marcha em direção ao progresso, mas sim uma barbárie irreverente, responsável pela criação de algo novo. Afirma Benjamin:

Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa. Queriam uma prancheta: foram construtores. (Benjamin, 1985a, pp. 115 – 116)

Nesse sentido, pode-se considerar a situação da Alemanha nos anos em que o país esteve sob a República de Weimar surpreendentemente positiva (Palermo, 1999). Mesmo com o emudecimento dos homens diante das inúmeras e sucessivas tragédias que irromperam nas primeiras décadas do século 20, mesmo com o subsequente empobrecimento das narrativas, já exposto, tem-se um sinal que, aos olhos de Benjamin, pode ser interpretado como uma oportunidade para o nascimento de tal “barbárie positiva”.

Para compreender tais afirmações, faz-se necessário avaliar as transformações pelas quais passou a Alemanha, no período analisado, sob o prisma da historiografia. Dizem Júlio Bentivoglio e Marcelo Cunha:

Se pensarmos a História como um lugar institucional, espaço ou campo que se distingue dos demais saberes para a produção de *verdades*, localizar a História alemã durante Weimar significa vê-la sob intensa provação. Logo depois de conhecer uma era dourada de grande projeção dentro e fora da Alemanha, desde o *historicismo* de Humboldt, Ranke e Droysen no século XIX – que elevou a História à condição de ciência e de *entidade* ética-singular capaz de guiar a humanidade –, durante os anos de Weimar, o historicismo ressentiu-se de sua primeira grande crise, diagnosticada por autores como Ernst Troeltsch ou Friedrich Meinecke. (Bentivoglio & Cunha, 2019, pp. 118 – 119)

Ocorre que a produção historiográfica do historicismo até os primeiros anos do século 20 havia sido marcada por uma apologia à nação alemã. A história política, privilegiada por autores como Ranke, ganhava mais e mais fôlego dentro de determinados segmentos do historicismo (Barros, 2011c). Com a Primeira Guerra, contudo, o cenário foi alterado:

Aquela história recém-institucionalizada, que conferia ênfase ao político havia se aproximado demais do poder, construindo uma narrativa bastante favorável aos interesses da burguesia e do Estado alemão, começou a exibir fissuras. Lentamente, seus mitos fundadores e suas expectativas ambiciosas de futuro começaram a ser questionados. A Primeira Grande Guerra teria sido responsável, de algum modo, por arranhar a imagem, seja do Estado alemão, seja de seus historiadores, dentro e fora da Alemanha. (Bentivoglio & Cunha, 2019, p. 119)

Se, antes da Primeira Guerra, alguns pensadores já haviam questionado as noções de progresso e da primazia do político, a derrota alemã em tal conflito abriu as portas para que semelhantes noções fossem profunda e frequentemente colocadas à prova. A própria obra de Benjamin se inscreve nesse plano, visto que muitas de suas teses mais conhecidas viriam a ser desenvolvidas apenas após o ano de 1929, em que as premissas do materialismo histórico-dialético chegaram ao ensaísta mediante a obra de Gyorgi Lukács ao mesmo tempo em que ficariam conhecidas as primeiras denúncias contra o totalitarismo stalinista. Com efeito, vê-se que a história, enquanto atividade intelectual intrinsecamente relacionada à vida em comunidade, pode ser utilizada tanto como um meio de aprofundar as raízes da identificação afetiva pelos vencedores, ao enaltecer mais e mais as vidas e os feitos dos que venceram, quanto como um instrumento de desafio aos poderes estabelecidos, ao resgatar empaticamente as vozes silenciadas.

6. CONSIDERAÇÕES DE CONJUNTO

Ao longo deste texto, alguns argumentos foram desenvolvidos. Faz-se necessário retomar certos aspectos apresentados para o fechamento adequado das reflexões. Em primeiro lugar, procurou-se entender os conceitos de **experiência** e de **narrativa** na concepção benjaminiana de mundo. Para tanto, conduziu-se uma revisão de algumas das produções de Walter Benjamin, como “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1985b) e “Experiência e pobreza” (1985a). Viu-se que, em Benjamin, uma centralidade é colocada sobre este par. A **experiência** faz-se essencial à **narrativa**, pois todas as histórias contadas pelos inúmeros narradores anônimos baseiam-se (ou deveriam se basear) nas experiências. Da mesma forma, viu-se que a **narrativa** se faz vital à **experiência**, pois experiências que não são contadas tornam-se inertes. É o ato de contar histórias, de rememorar as experiências, que confere significado a estas.

A estima colocada por Benjamin sobre o binômio **experiência/narrativa** pode ser justificada de dois modos. Em primeiro, pode-se sugerir, como Benjamin parece fazer, que apenas nas experiências e na comunicação dessas experiências se pode construir o espírito de coletividade, pois contar histórias cria vínculo com o passado, mediante a formação da identidade. Em segundo, poder-se-ia dizer que esse par exerce uma vital função política, pois preservar as vozes outras, aquelas dos inúmeros narradores anônimos de outrora, torna os subalternizados de qualquer era capazes de desafiar a inexorável marcha dos vencedores. Isso acontece porque tais vozes contam histórias por vezes radicalmente diferentes daquelas propagadas pelo poder estabelecido, poder este que sempre se preocupa em eliminar quaisquer resquícios de desafio em suas narrativas oficiais.

Estabelecidos os conceitos de **experiência** e **narrativa**, e compreendidas as relações que ligam as duas noções, buscou-se entender como o empobrecimento de experiências comunicáveis representa um perigo para os subalternizados. Se os incontáveis traumas experienciados pelo continente europeu ao longo do século 20 fizeram emudecer as pessoas, se as penúrias originadas pela guerra, pela inflação, pela fome e pelo desemprego fizeram com que homens e mulheres parassem de compartilhar suas histórias, pois não havia mais a possibilidade do narrar, a única força que se beneficia com semelhante processo é o poder estabelecido. Se os homens comuns não narram, arrefece-se sua capacidade de resistir à barbárie dos grupos dominantes, pois há pouco, ou, eventualmente, nada ligando-os ao passado. No limite, tal processo acaba por privar os subalternizados de seu papel histórico, fazendo destes coadjuvantes do poder, cuja versão da história é a única que sobra.

A última das proposições do presente artigo talvez possa ser considerada seu ponto principal. Buscou-se compreender que tipo de papel a historiografia pode vir a exercer diante do cenário apresentado ao leitor por Walter Benjamin. Como exposto nos segmentos precedentes do texto, a função da historiografia provou-se ambígua. Por um lado, a história pode acabar por estabelecer-se como um dos principais alicerces da barbárie dos grupos dominantes, se não o maior dos instrumentos de que podem lançar mão os Estados e os “grandes homens”. Tal uso negativo das construções intelectuais da história pode ser observado, argumenta Benjamin, no historicismo. Este, aos olhos do ensaísta, utilizou-se de seus saberes para reforçar as narrativas oficiais. No caso particular da historiografia, historiadores como Leopold von Ranke (Tese VI) e Fustel de Coulanges (Tese VII), por mais que tenham contribuído para o estabelecimento de uma prática historiográfica cientificamente orientada, acabaram por focar-se em buscar histórias que se inclinaram ao caráter nacional, esquecendo-se dos demais agentes históricos. Ao fazer isso, diz Benjamin, esses autores puseram a história sob a égide dos vencedores (representados pelo Estado), aumentando sua capacidade de silenciar aqueles que urgentemente precisam ser ouvidos sob pena de permanecerem sendo oprimidos no presente, ainda que mortos. Por outro lado, a história pode desafiar a barbárie. Tal história, redentora por natureza, seguiria o caminho oposto àquele traçado pelos historicistas. Veria cada evento histórico não como uma ininterrupta linha ascendente, prova de um suposto progresso, mas sim como uma “história aberta”, como um momento em que a emancipação dos vencidos, fim último da concepção de mundo benjaminiana, poderia ter ocorrido. Consciente e assenhorado de seu papel redentor ante o trauma do tempo, o historiador tomaria por sua tarefa principal buscar as vozes que foram silenciadas pelos vencedores ao longo da marcha, dando-lhes nova vida. Supriria a ausência de narrativas advindas da experiência com semelhante busca, conferindo aos vencidos de hoje, à luz dos vencidos do passado, a capacidade de resistir à barbárie.

Talvez nada represente melhor as ambições das propostas de Walter Benjamin para a história do que a emblemática nona de suas “Teses”. Nela, Benjamin escreve:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (Benjamin, 1985c, p. 226)

Se o passado se mostra como uma pilha de ruínas aos olhos de Benjamin, é dever ético-político do historiador revirar tais escombros à procura das centelhas de esperança. Se, ao olhar para o passado, o historiador percebe nada além de uma só catástrofe, deve ele perscrutar tal catástrofe, pois sempre há algo de valioso a resgatar das ruínas que se acumulam. O anjo da história pode deixar-se levar pelo progresso e permanentemente olvidar os mortos em suas miseráveis ruínas, ou pode desafiá-lo, e soprar vida às vezes outras que se encontram embaixo dos destroços. Neste sentido, certamente uma história aberta, que circule a contrapelo, no sentido mais amplo possível, pode se mostrar necessária.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa através de Bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bade, L. H. B. & Ricon, L. C. C. (2022). O messianismo benjaminiano e sua relação com a educação em história - alguns apontamentos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 3, 2022. doi: 10.47820/recima21.v3i3.1221
- Barros, J. D. (2011a). *Teoria da História: Acordes historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barros, J. D. (2011b). *Teoria da História: Os paradigmas revolucionários*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barros, J. D. (2011c). *Teoria da História: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Benjamin, W. (1985a). Experiência e pobreza. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política* (pp.114-119). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benjamin, W. (1985b). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskow. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política* (pp.197-121). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benjamin, W. (1985c). Sobre o conceito da História. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política* (pp.222-234). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bentivoglio, J. & Cunha, M. D. R. (2019). Walter Benjamin, testemunha da crise do Historicismo alemão durante a República de Weimar. In: Bentivoglio, J. & Leite, A. B. C. D. (Orgs.). *Walter Benjamin: testemunho e melancolia* (pp.115-140). Serra, ES: Milfontes.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 2(19), 20–28.
- Franco, R. (2015). *10 Lições sobre Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, T. M. (2014). Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin. *Revista Garrafa*, 33, 72-87.
- Gagnebin, J. M. (2013). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- Galzerani, M. C. B. (2008). A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: Ferreira, A. C.; Bezerra, H. G. & Luca, T. R. (Orgs.). *O historiador e seu tempo* (pp.223-235). São Paulo: Editora UNESP.
- Lavelle, P. (2018). O crítico e o contador de histórias. In: Benjamin, W. *A arte de contar história* (pp.265-283). São Paulo: Hedra.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio - Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.
- Matos, O. (2010). *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Nietzsche, F. (2005). *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Palermo, R. (1999). Uma organização itinerante: O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. In: De Masi, D. (Org.). *A emoção e a*

regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950 (pp.259-282). 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Sarlo, B. (2015). *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Schlesener, A. H. (2011). *Os tempos da história: Leituras de Walter Benjamin*. Brasília: LiberLivro.

Schurster, K. & Leitão, D. F. G. (2013). Susan Sontag leitora de Walter Benjamin. In: Schurster, K.; Spíndola, P. & Colacios, R. (Orgs.). *Leitor de...* (pp.169-204). Recife, PE: EdUPE.

Witte, B. (2017) *Walter Benjamin: uma biografia*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.